

Declaração de Apoio ao Cimi



A VIVAT Brasil, rede de congregações religiosas filiadas à VIVAT International, fiel à sua missão de:

- Trabalhar com pessoas e grupos que vivem em qualquer tipo de pobreza e compartilhar seus esforços para a restauração e preservação do bem-estar, dignidade e liberdade.
- Promover os direitos humanos; promover o desenvolvimento sustentável, a compreensão e a harmonia entre povos, culturas, classes, religiões e crenças; esforçar-se pela criação de uma sociedade mundial e comunidades locais que incentivem a inclusão e participação de todos.
- Trabalhar pela sustentabilidade ecológica, a proteção da biodiversidade e a preservação da riqueza do planeta para as gerações futuras;

Manifesta sua solidariedade aos povos indígenas que, na atual conjuntura do país, estão enfrentando perseguições e desrespeito de seus direitos com o assassinato de vários de seus representantes; invasão de seus territórios por fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros e hidronegócios, destruição do seu meio ambiente por agrotóxicos e incêndios criminosos e extinção de políticas públicas favoráveis a preservação ambiental, demarcação de suas terras e órgãos de apoio e proteção.

Por isso fazemos nossas as denúncias apresentadas pela **XXIII Assembleia Geral do Conselho Indigenista Missionário - Cimi**, realizada de 09 a 13 de setembro de 2019, em Luiziânia-GO, com o tema *“Em defesa da Constituição, contra o roubo e devastação dos territórios indígenas”*.

Como expressão de compromisso e apoio, solicitamos a todos os membros das Congregações filiadas a Vivat International e Vivat Brasil, bem como aos seus simpatizantes e apoiadores que divulguem em suas redes sociais e contatos esta Declaração de Apoio e o Documento Final da XXIII Assembleia do Cimi, que transcrevemos abaixo.

Sao Paulo, 19 Setembro, 2019

Participam de Vivat International as seguintes Congregações:

- Sociedade do Verbo Divino
- Missionárias Servas do Espírito Santo
- Congregação do Espírito Santo
- Irmãs Missionárias do Espírito Santo
- Missionários Combonianos
- Missionárias Combonianas
- Irmãzinhas da Assunção
- Irmãs da Santa Cruz
- Missionárias Scalabrinianas
- Missionários Dehonianos
- Irmãs Adoradoras do Sangue de Cristo
- Oblatos de Maria Imaculada
- Irmãs do Santo Rosário

VIVAT Brazil: **Statement of Support to Cimi on Indigenous Peoples and the Amazon**



VIVAT Brazil, a coalition and network of religious congregations affiliated with VIVAT International, true to its mission to:

- Work with people and groups living in any kind of poverty and share their efforts to restore and preserve welfare, dignity and freedom;
- Promote human rights; promote sustainable development, understanding and harmony among peoples, cultures, classes, religions and beliefs; strive to create a world society and local communities that encourage the inclusion and participation of all;
- Work for ecological sustainability, the protection of biodiversity and the preservation of the planet's wealth for future generations;

expresses its solidarity with the indigenous peoples who, in the current conjuncture of the country, are facing persecution and disrespect for their rights with the murder of some of their representatives; invasion of their territories by ranchers, land grabbers, loggers, prospectors and hydro-businesses, destruction of their environment by pesticides and arson, and extinction of public policies favorable to environmental preservation, demarcation of their lands and support and protection agencies.

Similarly, VIVAT Brazil supports the Amazon Synod as one of the participatory processes in which the Catholic Church has listened most to indigenous peoples and their claims. We will only be able to defend life, the Amazon and all other biomes by protagonism of indigenous and traditional communities and peoples, respecting their self-determination and learning their lifestyle and relationship with the entire creation.

That is why we make our denunciations presented by the 23rd General Assembly of the Indigenous Missionary Council - Cimi, held from September 9 to 13, 2019, in Luiziânia-GO, with the theme "In Defense of the Constitution, against the theft and devastation of indigenous territories."

Internationally, we also seek to support initiatives that sanction Brazilian products when illegally produced on indigenous lands and the basis of criminal practices such as burning, invasions, leasing and land grabs, as proposed by Cimi.

Therefore, as an expression of commitment and support, we ask all members of the Congregations affiliated to VIVAT International and VIVAT Brazil, as well as their supporters to disseminate in their social networks and contacts this Statement of Support and the Final Document of the 23rd General Assembly of Cimi, which we transcribe below (*see page 9*).

São Paulo, September 19th, 2019,

VIVAT International Member Congregations:

- Society of the Divine Word
- Missionary Sisters Servants of the Holy Spirit
- Congregation of the Holy Spirit
- Missionary Sisters of the Holy Spirit
- Comboni Missionaries Sisters
- Comboni Missionaries
- Little Sisters of the Assumption
- Sisters of the Holy Cross
- Scalabrinian Missionaries
- Dehonian Missionaries
- Sisters Adorers the Precious Blood of Christ
- Oblates of Mary Immaculate
- Sisters of the Holy Rosary

Documento Final da XXIII Assembleia Geral do Conselho Indigenista Missionário – Cimi

“Tiraram nossas folhas, cortaram nossos galhos, cortaram nossos troncos, mas não arrancaram nossas raízes, por isso resistimos e estamos lutando por nossos direitos”

[Mensagem proferida por lideranças indígenas durante o evento]

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) realizou, de 09 a 13 de setembro de 2019, em Luziânia, Goiás, a sua XXIII Assembleia Geral, que teve como tema “Em defesa da Constituição, contra o roubo e devastação dos territórios indígenas” e o lema “Alto lá! Esta terra tem dono!”. Esse importante momento de encontro, espiritualidade, análise e reflexão da realidade socioeconômica, política e indigenista contou com a participação de missionárias, missionários, lideranças indígenas, bispos, superiores de congregações religiosas e representantes da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), de entidades aliadas, movimentos sociais, pastorais do campo e Ministério Público Federal (MPF).

O Cimi avalia com imensa preocupação a realidade brasileira e denuncia que está em curso um processo de corrosão das políticas públicas, especialmente daquelas destinadas aos mais pobres e aos grupos populacionais historicamente massacrados e discriminados. O governo de extrema direita, conduzido por Jair Bolsonaro, associa-se às grandes corporações transnacionais do capital para organizar o desmantelamento da Constituição Federal de 1988 e a aniquilação de direitos conquistados por meio da luta, da mobilização e da articulação social.

As manifestações públicas do atual governo, com seus discursos de ódio, associadas às suas políticas de desmonte, têm gerado ondas de violência contra os povos, desmatamentos, queimadas, invasões de territórios e a promessa de que não se demarcará nenhum centímetro de terras para os indígenas. Combinado a isso, o governo promoveu a desestruturação da Fundação Nacional do Índio (Funai) deixando-a sem recursos orçamentários para a realização de suas ações de proteção e fiscalização dos territórios. Em pequenas áreas ou acampamentos de comunidades Guarani, Kaiowá, Kaingang e outros povos existe fome em função da paralisação de todos os programas assistenciais. Ou seja, o governo não demarcará as terras e promove a antipolítica indigenista no país.

Há também os retrocessos em relação aos direitos trabalhistas e previdenciários, de acesso à saúde e à educação. Está em curso o dilaceramento da educação universitária pública, o corte drástico no desenvolvimento de pesquisas acadêmicas e científicas, especialmente nas ciências humanas, causando um atraso irreversível do Brasil no concerto das nações. Este (des)governo tem combatido veementemente as políticas de ações afirmativas, as reservas de vagas para pobres, negros e indígenas, além do ingresso e a permanência destes nas universidades.

Essas políticas já estão causando a devastação quase irreversível da natureza, o aniquilamento de comunidades rurais, ribeirinhas, pescadoras, quilombolas, caiçaras e o genocídio de povos indígenas. A expectativa do governo e das empresas exploradoras, que com ele se aliam, é de obtenção de lucros fartos a qualquer custo, e com desastrosas

consequências ambientais e humanas. Promove-se a abertura de um novo ciclo de acumulação capitalista, no qual os empresários estão desobrigados de responsabilidades sociais, como a promoção e a proteção da dignidade da pessoa humana e de todos os seres da natureza. Como estratégia, estimula-se a violência, a **criminalização e encarceramento de líderes sociais, ambientalistas, indígenas, indigenistas** e de políticos que fazem oposição a proposta de governo.

Os discursos e as políticas do presidente da República propagam o ódio e a falsa política associado ao enraizamento, no interior do Poder Executivo, do fundamentalismo ideológico que gera preconceitos, individualismos e alienação, colocando em curso um projeto de aniquilação de direitos individuais e coletivos dos povos originários e tradicionais, de sem terras, sem tetos, mulheres, negros, LGBTQIs e migrantes. Deflagrou-se um processo de perseguição, ameaças e criminalizações de todos os sujeitos que visam construir um mundo plural e democrático, onde os direitos humanos sejam respeitados.

O Cimi, fiel ao Evangelho, se solidariza com todas e todos que estão sendo perseguidos e que têm seus direitos desrespeitados. Se solidariza com os familiares de Maxciel Pereira dos Santos, colaborador da Funai assassinado a tiros em Tabatinga (AM), no Dia da Independência. Ele trabalhava na base de operação indigenista do Vale do Javari, atacada quatro vezes desde 2018, e fiscalizava a ação de invasores à Terra Indígena habitada, inclusive, por povos livres. Da mesma forma, repudia os sucessivos ataques sofridos pelos indígenas Guarani Kaiowá do tekoha – lugar onde se é – Nhu Vera, em Dourados, que na madrugada do dia 12 de setembro foram atacados a tiros, deixando vários feridos, inclusive com armas de fogo. Segundo informações dos indígenas, são capangas de pequenos sítios localizados próximos a retomada, que estão agindo contra a comunidade.

O Cimi se solidariza com os povos, comunidades e suas lideranças e aliados que sistematicamente sofrem ataques contra seus corpos e têm seus territórios devastados pelos agrotóxicos que envenenam as terras, rios e lagos, pela invasão de fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros, pelas hidrelétricas, pelo hidronegócio ou quando suas matas são consumidas por incêndios criminosos. As terras indígenas são bens da União e, portanto, cabe a ela protegê-las. E se há qualquer iniciativa de violação da soberania, com a entrega de terras indígenas para países ou empresas estrangeiras, essa violação é do governo e não dos povos que têm, pela Constituição Federal, o direito ao usufruto exclusivo das áreas demarcadas.

Vive-se um tempo de Kairós, depois do anúncio do Sínodo da Amazônia, momento profícuo de profunda reflexão acerca da defesa dos povos, das culturas e da natureza de toda aquela vasta região e que se constitui num patrimônio do mundo.

Em encontro recente com líderes das comunidades amazônicas, o papa Francisco os lembrou: “se, para alguns, sois considerados um obstáculo ou um estorvo, a verdade é que vós, com a vossa vida, sois um grito lançado à consciência de um estilo de vida que não consegue medir seus custos. Vós sois memória viva da missão que Deus nos confiou a todos: cuidar da Casa Comum” (Papa Francisco, dia 19/01/2018, em Puerto Maldonado).

Na XXIII Assembleia Geral se reafirmou o compromisso com as lutas dos povos indígenas pela garantia de seus territórios, a Pacha Mama, e no apoio às suas estratégias de resistência, através de autodemarcações e autoproteção para a manutenção de seus direitos originários, do indigenato, que não foi revogado ao longo dos séculos. Há comprometimento do Cimi com a defesa de suas culturas, línguas, crenças, tradições e organizações sociais. E, nesse sentido, aprovou como prioridades de ação para os próximos dois anos: terra, água e território; a defesa da Constituição Federal de 1988, com particular atenção à defesa dos direitos originários dos povos indígenas; e apoio aos povos e comunidades que vivem em contextos urbanos.

No entender do Cimi é imperioso que se promovam campanhas no sentido de responsabilizar o governo brasileiro pelas violências que promoveu ao longo dos últimos meses contra os povos indígenas, mas de modo gravíssimo coloca em risco a existência de grupos que vivem em situação de isolamento, numa dolorosa realidade de que povos venham a ser exterminados, configurando-se prática de genocídio. O governo brasileiro incorre em crimes contra a humanidade e contra o meio ambiente, comumente chamado de “ecocídio”. Por tudo isso, o Cimi apoia as iniciativas, em âmbito internacional, no sentido de que se façam sanções aos produtos brasileiros quando produzidos ilegalmente em terras indígenas e a base de práticas criminosas como as queimadas, invasões, arrendamentos e grilagens.

Apesar de todas as violências praticadas contra os povos indígenas, vivemos tempos de discernimento e esperança. Apesar da política de corrosão de direitos e territórios, haverá o tempo de sua retomada e consolidação. Apesar das cinzas da devastação, os povos hão de regar a terra, plantar e colher os seus frutos.

Pela demarcação, proteção e fiscalização dos territórios indígenas, pela titulação dos territórios quilombolas e reforma agrária, por uma agricultura camponesa, em defesa da Constituição Federal e da Vida, seguiremos em marcha, proclamando a Boa Nova da Justiça e Solidariedade universal.

“Somos sementes teimosas” (Rosa Guarasugwe)

Luziânia, Goiás, 13 de setembro de 2019